



Câmara Municipal de Anadia

**ATA Nº 26/2015 EXECUTIVO 2013/2017**

**REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**LOCAL:** Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

**DATA:** vinte e oito de outubro de dois mil e quinze

**INÍCIO:** catorze horas e trinta e quatro minutos

**ENCERRAMENTO:** quinze horas e cinquenta e seis minutos

**O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:**

**PRESIDENTE:** Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso

**VEREADORES:** Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro

Prof. Litério Augusto Marques (em regime de tempo inteiro)

Dr. Jorge António Tavares de São José

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado (em regime de tempo inteiro)

Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (Vice-presidente)

Dr.ª Lúcia Filipe Seabra

A Reunião foi secretariada pela Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.ª Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo.

---- Aos vinte e oito dias do mês de outubro de dois mil e quinze, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e treze/dois mil e dezassete, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu a vigésima sexta reunião extraordinária de dois mil e quinze a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng<sup>a</sup> Maria Teresa Belém Correia Cardoso, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, Prof. Litério Augusto Marques, Dr. Jorge António Tavares de São José, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Vice-presidente, e Dr.<sup>a</sup> Lúgia Filipe Seabra.-----

---- Secretariou a reunião a Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, Dr.<sup>a</sup> Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, coadjuvada pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Eng<sup>a</sup> Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi declarada aberta a reunião quando eram catorze horas e trinta e quatro minutos.-----

### ***ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA***

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, ENGENHEIRA MARIA TERESA BELÉM CORREIA CARDOSO:**-----

---- **PONTO ÚNICO - PROPOSTA DE ORÇAMENTO MUNICIPAL, OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DOIS MIL E DEZASSEIS:**-----

---- Pela Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, foi presente à reunião, para resolução, a proposta de Orçamento Municipal, Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano dois mil e dezasseis (2016), elaborada em conformidade com o quadro e código de contas estabelecidos no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro, e pelos Decreto-lei n.º 315/2000, de 02 de dezembro, e Decreto-lei n.º 84-A/2002, de 05 de abril, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação e se encontra anexa à presente minuta.-----

---- Na apresentação da proposta, a Senhora Presidente da Câmara Municipal começou por referir que os documentos que são apresentados servem de orientação aos objetivos estratégicos que a maioria no Executivo pretende delinear e alcançar para o próximo ano económico. Sublinha, entretanto, que se encontram numa fase particularmente difícil, sem quaisquer orientações que possam ampliar ou reduzir as metas a alcançar, tendo em conta que não existe, ainda, e provavelmente tardará, o Orçamento de Estado, desconhecendo, então, os pressupostos que lhe estarão subjacentes. Por outro lado, acrescentou que os condicionalismos e a falta de determinação de regras claras e objetivas das medidas associadas aos diversos eixos de intervenção para alcançar a participação financeira desejada, no âmbito da aplicação dos fundos do "Portugal 2020", não permitem perspetivar, de forma confortável, alguns compromissos que a maioria gostaria de assumir e, por conseguinte, realizar.-----

---- Desta forma, explica que a proposta de orçamento que a maioria apresenta para dois mil e

dezasseis (2016) se baseia na aplicação das receitas municipais, que no seu todo apresentam uma redução de quatro vírgula nove por cento (4,9%) face ao ano anterior. Esta redução, adianta, deve-se essencialmente à diminuição nas receitas de capital, designadamente nas transferências de capital, contando apenas com os valores residuais relativos aos financiamentos de candidaturas executadas no âmbito do anterior Quadro Comunitário - Mais Centro e POVT.-----

---- Continuando, refere que o orçamento para o ano dois mil e dezasseis representa um investimento de dezoito milhões, quinhentos e dois mil euros, estimando-se em oito milhões setecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos euros a verba distribuída pelos vários programas adstritos às funções que se apresentam nas Grandes Opções do Plano. Quanto aos objetivos estratégicos, esclarece que estes estão delineados, acentuados nas Funções Sociais e Económicas, assumindo um papel de reforço na promoção da coesão social e territorial, designadamente no apoio social, no ordenamento do território, no desenvolvimento económico, bem como no apoio às Juntas de Freguesia, em detrimento de alguns programas cujos investimentos podem ser mais reduzidos, tendo em conta a execução já realizada no ano prestes a terminar.-----

---- Em referência ao Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Região de Aveiro (PDCT-RA), menciona que o mesmo se encontra aprovado e que respeita ao território da Região de Aveiro e aos seus onze Municípios associados, o qual exigirá, brevemente, decisões, nomeadamente no que respeita aos projetos de escala intermunicipal, e a cada uma das suas componentes. Avança que o Município de Anadia, em particular, participará, essencialmente, nas áreas da eficiência energética e da educação, da inovação e do empreendedorismo, em que a maioria dos apoios a alcançar dependem da aplicação de ações imateriais associadas à formação, à redução e prevenção ao abandono escolar, ao apoio na criação de emprego, ao empreendedorismo e à criação de empresa, à inovação social, apoiando a inclusão ativa e a infoinclusão.-----

---- Salientou, entretanto, que a maioria no Executivo espera contar, ainda, com a viabilização de participação em projetos de âmbito ambiental, designadamente na prevenção e gestão de riscos, que possibilitem a necessária limpeza e requalificação da rede hidrográfica do concelho, com incidência no Rio Cértima e no Rio Levira. Adiantou, ainda, que a Câmara Municipal de Anadia integrará, igualmente, outros projetos que estão alavancados para a Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, nomeadamente na partilha e integração de serviços que fomentam a modernização administrativa dos serviços e a eficiência nas acessibilidades das redes de comunicação. E, não deixou também de referir, que a Estratégia para o desenvolvimento Local, designadamente para a região sul, onde o Município de Anadia se integra, desenhada e articulada com a Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional (EIDT RA), permite, ainda, enquadrar projetos que possam estimular o desenvolvimento socioeconómico do território e a qualidade de vida, em articulação com a preservação ambiental e cultural, a valorização dos produtos endógenos, bem como a valorização do potencial turístico, associado ao património e à floresta.-----

---- Sublinhou, então, que será um longo caminho a percorrer, num desafio permanente e atento aos diferentes programas operacionais e temáticos dos fundos estruturais e aos diferentes objetivos

que encerram, que obrigarão a maioria a definir prioridades e a traçar as metas a atingir, tendo sempre como prioridade o Município e os seus municípios, a sua qualidade de vida, o bem-estar e a felicidade de todos e, em especial, daqueles que encontram em Anadia o local ideal para trabalhar, empreender, ou viver.-----

---- Antes de concluir, referiu que em anexo aos documentos previsionais, é igualmente apresentado o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal para o ano dois mil e dezasseis, um instrumento de gestão e planeamento que é elaborado nos termos do artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho (Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas - LTFP), conjugado com o artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, que prevê os postos de trabalho necessários para o desenvolvimento das atividades das respetivas unidades e subunidade orgânica. Aproveitou para destacar que, não obstante, os serviços continuarem a ser prestados dentro dos mesmos parâmetros de eficiência, qualidade e quantidade, importa referir que, face a tais condicionalismos, a Câmara Municipal tem vindo a solucionar o problema, recorrendo a trabalho extraordinário e ao IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, recrutando trabalhadores, no âmbito de um conjunto de medidas emprego, direcionado para diversos tipos de público (jovens desempregados, desempregados que recebem subsídio de desemprego e desempregados carenciados) e financiado pelo Fundo Social Europeu.-----

---- Assim, e considerando a necessidade de elaborar, e submeter à aprovação do órgão com competência para o efeito - Assembleia Municipal -, os documentos previsionais para o ano dois mil e dezasseis, nomeadamente o orçamento municipal e seus documentos apensos, as opções do plano e o mapa de pessoal, a Senhora Presidente da Câmara Municipal propõe que o Executivo Municipal delibere, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Orçamento Municipal para o ano dois mil e dezasseis e as Opções do Plano. Propõe, igualmente, que o Executivo Municipal submeta à aprovação da Assembleia Municipal a proposta de Mapa de Pessoal para o ano dois mil e dezasseis, em cumprimento do determinado na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conjugado com o artigo 29.º, da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e com a alínea a), do n.º 2, do artigo 3.º, do Decreto-lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por ser este o órgão com competência para aprovar o sobredito Mapa de Pessoal-----

---- Apresentada a proposta de Orçamento Municipal, Opções do Plano e Mapa de Pessoal para o ano dois mil e dezasseis (2016), por parte da Senhora Presidente da Câmara Municipal, e no âmbito da discussão do assunto, foram igualmente apresentadas as declarações de voto, por parte dos Senhores Vereadores, as quais se encontram apenas à presente minuta, para todos os efeitos legais.-----

---- Para uma primeira intervenção, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, que, em nome dos Vereadores do PSD, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, apresentou a declaração de voto que passa a ser reproduzida:-----

---- 1. Nota Introdutória.-----

---- A actividade municipal assenta, essencialmente, em dois documentos de relevante natureza previsional: as *Grandes Opções do Plano (GOP)* e o *Orçamento Municipal*.-----

---- As *GOP* definem as linhas gerais de desenvolvimento estratégico da autarquia, sendo constituídas pelo Plano Plurianual de Investimentos (PPI), com projecção plurianual, do qual constam os projectos e acções que implicam despesas a realizar por investimentos e, ainda, pelas *Actividades Mais Relevantes (AMR)*, previstas para o ano, constituídas por outras acções ou projectos de natureza económica diferente, cujas despesas não se consideram de investimento nem encargos normais de funcionamento dos serviços.-----

---- Por sua vez, o Orçamento prevê as receitas a arrecadar e as despesas a realizar durante o ano económico, quer com a execução daquele instrumento de gestão, quer com os encargos normais de funcionamento dos serviços.-----

---- Como se percebe, o Orçamento e as *GOP* constituem documentos previsionais de gestão, de importância vital na Administração Municipal.-----

---- 2. Orçamento.-----

---- O Orçamento do MA (Município de Anadia) para 2016 ascende a 18,502 M€ (milhões de euros) (M€), ou seja, -0,954 M€ (-5%) face ao ano de 2015 (19,456 M€), e -16,108 M€ (-47%) quando comparado com o ano de 2012 (34,610 M€; incluindo SMAS). Com facilidade se constata que em apenas 4 anos o Orçamento do MA é reduzido drasticamente quase a metade.-----

---- O orçamento da despesa (18,502 M€) reparte-se em despesas correntes e de capital, que ascendem a 11,588 M€ (peso de 63%) e 6,914 M€ (peso de 37%), respectivamente. Uma nota especial para registar a forte queda das despesas de capital, que face ao ano de 2014, se cifrou em -6,482 M€ (-48%) e que explica na totalidade a redução do orçamento global.-----

---- A rubrica "Despesas com pessoal" ascende a 4,281 M€, representando 23% do total das despesas, quando no ano de 2014 correspondia a 17% (4,274 M€). Se tivermos em consideração a "Aquisição de Bens e Serviços" e a "Aquisição de Bens de Capital" constatamos que estas duas rubricas representam 60% do total das despesas no ano de 2016 (em 2014 correspondiam a 73%).---

---- De forma mais minuciosa verifica-se que os "Encargos das instalações" elevam-se a 1,900 M€, o que representa neste orçamento mais de 10% das despesas totais.-----

---- O orçamento da receita (18,502 M€) divide-se em 2 componentes: receitas correntes (16,317 M€; peso de 88%) e receitas de capital (2,185 M€; peso de 12%). Destaque para as "Transferências da Administração Central" (FEF+FSM+IRS) que estão previstas em 8,273 M€, iguais a 2015, mas com um aumento face a 2014 de 0,464 M€ (+6%).-----

---- Realce ainda para os "Impostos Directos" (essencialmente: IMI, Iuc, IMT e Derrama) que estão orçados em 3,975 M€ (+19% face a 2015, com um aumento de 0,625 M€; e +38% face a 2014, com um aumento de 1,103 M€). Neste âmbito, dar nota que o IMI cresce 26% (0,552 M€) e 67% (+1,077 M€) face a 2015 e 2014, respectivamente. Se tivermos em consideração estas duas rubricas ("Transferências da Administração Central" e "Impostos Directos") constata-se um crescimento de 0,625 M€ (+5%) e 1,567 M€ (+15%), face aos anos de 2015 e 2014, respectivamente.-----

---- Por fim, neste contexto, dar conta que as "Vendas de Bens e Serviços Correntes" estão orçadas em 3,118 M€, sendo as suas componentes mais fortes (representando 77% desta rubrica): Água (1,365 M€), Saneamento (0,616 M€), Resíduos sólidos (0,283 M€), Piscinas Municipais (0,190 M€) e FVV (0,154 M€).-----

---- A Poupança Corrente (líquida) está prevista em 3,632 M€ (20% do valor total do orçamento), o Endividamento Bancário (M/L prazo no final de 2016) deverá rondar os 5,742 M€ e o Serviço da Dívida atingirá o valor de 1,235 M€ o que representa cerca de 7% do total das despesas (quando em 2014 representava cerca de 4%).-----

### ---- 3. GOP.-----

---- As GOP para 2016 estão orçadas globalmente em 8,742 M€, repartidas por PPI com 5,354 M€ e AMR com 3,388 M€. Face aos anos de 2015, 2014, 2013 e 2012, as GOP decresceram 0,854 M€ (-9%), 5,920 M€ (-40%), 12,775 M€ (-59%) e 14,889 M€ (-63%), respectivamente.-----

---- As GOP estão organizadas por funções: Gerais (FG = 0,804 M€ - peso de 9%), Sociais (FS = 5,723 M€ - peso de 66%), Económicas (FE = 1,774 M€ - peso de 20%) e Outras (OF = 0,441 M€ - peso de 5%).-----

---- As FG agregam a Administração Geral (0,597 M€ - p:7%) e a Protecção Civil e Luta contra Incêndios (0,208 M€ - p:2%). Nas FE inserem-se a Agricultura, Pecuária, S.C.P. (0,111 - p:1%), Indústria e Energia (0,440 M€ - p:5%), Transportes Rodoviários (Rede viária, etc.) (0,540 M€ - p:6%), Mercados e Feiras (0,385 M€ - p:4%), Turismo (0,193 M€ - p:2%) e Outras FE (0,106 M€ - p:1%). As OF referem-se às Transferências para as Freguesias (0,308 M€ - p:4%) e Operações da Dívida Autárquica - FAM (0,133 M€ - p:2%).-----

---- As FS que representam 66% das GOP repartem-se pelas seguintes áreas: Educação (1,436 M€ - p:16%), Acção Social (0,309 M€ - p:4%), Ordenamento do Território (0,692 M€ - p:8%), Saneamento (0,583 M€ - p:7%), Abastecimento de Água (0,675€ - p:8%), Resíduos sólidos (0,309 M€ - p:4%), Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza (0,406 M€ - p:5%), Cultura (0,674 M€ - p:8%), Desporto, Recreio e Lazer (0,634 M€ - p:7%), Outras Actividades Cívicas e Religiosas (0,008 M€ - p:0%).-----

### ---- 4. Apreciação.-----

---- O valor orçado para as rubricas "Protecção Civil e Luta contra Incêndios" (0,208 M€ - p:2%), "Agricultura, Pecuária, S.C.P." (0,111 M€ - p:1%), "Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza" (0,406 M€ - p:5%), que representa cerca de 8% do total das GOP, é claramente insuficiente. Porém, regista-se positivamente, embora de forma moderada, a reintrodução de verbas para a construção e beneficiação de caminhos agrícolas/rurais (0,111 M€) e florestais (0,055 M€), rubricas que fazem todo o sentido sobretudo num concelho de cariz agrícola e florestal, como é Anadia. Estas foram críticas que o PSD apresentou nas GOP para 2015 e que a maioria reparou, e bem, neste documento para 2016, porém de forma tímida. Negativamente, não podemos deixar de evidenciar que a maioria MIAP/PS continua a estar pouco preocupada com o meio ambiente e com a protecção da natureza. A crueza dos números prova isso mesmo (redução de 25% face a 2015) e

igualmente demonstra que a maioria se esqueceu que os efeitos desta incúria se faz sentir na qualidade de vida dos munícipes bem como nas gerações vindouras. Neste âmbito, as GOP de 2016 são, por um lado, um repositório de obras já inscritas em GOP anteriores e não concretizadas, como é o caso da requalificação do rio Serra, bem como, por outro lado, de projectos que há muito tempo fazem sentido e que só agora surgem, tardiamente, nomeadamente as requalificações dos rios Levira e Cértima, esperando-se que os mesmos passem do papel à realidade.-----

---- A "Acção Social" (0,309 M€ - p:4%) apesar de ter subido ligeiramente face às GOP de 2015 (+0,036 M€), continuará sem expressão, num momento do País que ainda é de crise e de dificuldades. Deste modo, uma faixa considerável de famílias anadienses continuará desapojada pela Autarquia, com especial ênfase para os mais desfavorecidos e desprotegidos (idosos, crianças, pobres, doentes e desempregados). É imperioso que as políticas sociais se assumam em acções mais pró-activas e eficazes, visando uma verdadeira coesão social. Por outro lado, a Autarquia continua a não valorizar convenientemente as IPSS e teima em não perceber o papel fulcral que elas assumem e podem desenvolver no combate às assimetrias sociais.-----

---- O valor consagrado à "Cultura" (e as Artes) - 0,674 M€ - sobe ligeiramente face aos anos anteriores (2014 e 2015), mas é inferior ao valor de 2013 (0,709 M€). Reconhece-se o esforço neste âmbito, mas ainda assim permanecerá como uma área de pouca relevância orçamental (peso de 8% no total das GOP) para a maioria MIAP/PS, o que não deixa de ser uma situação paradigmática. Por um lado, o Município possui vários equipamentos colectivos vocacionados para esta área (alguns subutilizados), todavia a ausência de visão e estratégia é manifesta. Nesta área, os anos de 2014 e 2015, foram "minimamente salvos" pela existência do programa "Cultura em Rede", desenvolvida pela CIRA. Exceptuando este programa, a actividade cultural seria pouco significativa e a população anadiense estaria afastada de uma oferta cultural minimamente condigna e multifacetada, e assim parcialmente impedida de se enriquecer cívica, humana e culturalmente. O programa "Cultura em Rede" deve ser encarado como um complemento da estratégia municipal e não como uma alternativa. Por fim, se tivermos em consideração que o valor destinado à FVV ascende a 0,300 M€, ou seja, 45% do total da rubrica, percebemos que sobra somente 0,374 M€ para as restantes acções, porventura estas sim, acções de verdadeira cultura.-----

---- Por outro lado, é obrigatório salientar a forte redução do valor conjunto das rubricas "Indústria e Energia" e "Outras FE" face às GOP de 2015 redução (-48%; diminuiu de 1,047 M€ para 0,546 M€), passando agora a representar cerca de 6% do total das GOP (quando em 2015 representava cerca de 11%). Torna-se cada vez mais evidente a inadiável necessidade de implementar uma real e efectiva estratégia de desenvolvimento económico do Concelho de Anadia (que podendo estar escrita e apresentada, não existe na prática - o Invest Anadia, até ver, é muito papel e pouca acção), garantindo a permanência das actuais empresas instaladas, mas sobretudo, conquistando novos investidores, empreendedores e industriais, criando postos de trabalho e gerando riqueza. Só assim o nosso concelho poderá almejar ao imprescindível desenvolvimento económico que tanto necessitamos. Nestas rubricas constata-se verbas destinadas à eficiência energética (0,288 M€),

facto que se saúda por se considerar estruturante, mas que levantam preocupações, visto que o montante restante, que ascende a 0,258 M€ (47% destas rubricas) se destina a todas as restantes acções, o que é manifestamente insuficiente para o desiderato do desenvolvimento económico no concelho de Anadia. O que se tem feito é muito pouco quando se pode fazer muito mais!-----

---- O valor destinado nas GOP de 2016 à rubrica do Turismo é uma desilusão (0,193 M€ - p:2%), tendo-se conseguido a "proeza" de baixar face às GOP de 2015 (-26%) que já apresentava um valor manifestamente insuficiente (0,260 M€). O "Turismo" é uma área de enorme potencial, mas que se encontra, infelizmente, em subaproveitamento. É desejável uma exploração adequada e activa dos vários segmentos desta área, de carácter qualitativo, com reflexos positivos para o nosso Concelho, nomeadamente para o nosso tecido empresarial. O Turismo subsiste como a "Bela Adormecida" no nosso concelho, em que as Termas de Vale da Mó e a incapacidade para valorizar e promover os nossos recursos endógenos, entre outros aspectos, são algumas das provas evidentes do que se afirmou precedentemente. Por outro lado, novamente se alerta para o facto que as geminações têm de estar devidamente fundamentadas e justificadas, mormente no atinente as suas mais-valias e benefícios, não devendo as mesmas configurar uma mera moda ou um capricho, sem retorno de qualquer espécie.-----

---- A "Juventude" não tem rubrica própria nos documentos previsionais, por ser uma área transversal. Reconhece-se a implementação de algumas medidas nesta área, meritórias é certo, embora lançadas de forma avulsa e desgarrada, sem fio condutor e sem densidade. Apesar de estar finalmente instalado o Conselho Municipal de Juventude, urge a implementação de uma estratégia e a aprovação de um Plano Municipal de Juventude, que consiga fixar no nosso Concelho os jovens anadienses. Anadia tem de ser atractiva para a juventude, e saber responder às suas necessidades, anseios e pretensões, juventude esta que não vislumbra nem oportunidades, nomeadamente de trabalho, nem antevê futuro para a sua terra.-----

---- Uma rubrica que se considera crítica, que se reputa de fulcral importância, e que o PSD considera estruturante, é a área do "Abastecimento de Água". De lembrar que nas GOP de 2015 esta rubrica foi reforçada face ao ano anterior (+47%), o que suscitou um registo positivo por parte do PSD. Nas GOP de 2016 esta rubrica, estranhamente, sofre uma redução (-9%) inexplicável e insensata, num valor já considerado "curto" em 2015 (0,745 M€). Como facilmente se percebe a dotação para 2016 é manifestamente insuficiente (0,675 M€). A rede de abastecimento de água está, em larga medida obsoleta ou incapaz, e prova disto são as inúmeras rupturas que sucedem permanentemente e que pioram a cada dia que passa. Uma parte substancial da rede tem largas dezenas de anos e alguma foi construída com tubagens e condutas em fibrocimento/amianto, cuja renovação e requalificação é urgente, por motivos de qualidade da água, mas também por questões de saúde pública.-----

---- Esta matéria tem mais relevância quando as GOP para 2016 destinam para a rubrica "Transportes Rodoviários" um valor de 0,540 M€ e um peso de 6% no total das GOP (valores muito distantes dos 4,677 M€ desbaratados no ano das eleições autárquicas de 2013, representando cerca



de 22% das GOP). Seria importante, recordando a notória e criticada ausência de planeamento da Autarquia, que antes dos alcatroamentos que se pretendem efectuar se possa requalificar, precedentemente, a rede de abastecimento de água. No âmbito dos "Transportes Rodoviários", salientar, uma vez mais a inserção nas GOP de 2016 do projecto do Terminal Rodoviário (0,045 M€), ou seja, mais uma obra não concretizada em 2015 que surge novamente inscrita.-----

---- Referência positiva para o reforço da verba destinada aos "Mercados e feiras" que nas GOP de 2016 ascendem a 0,385 M€ (peso de 4%), quando em 2015 (0,035 M€), 2014 (0,018 M€) e 2013 (0,010 M€) apresentavam valores insípidos e marginais (pesos de 0% no total das GOP), o que originou durante todo este tempo críticas por parte do PSD. Regista-se esta tão desejada inflexão, numa área até agora especialmente maltratada pela maioria, esperando que os valores destinados a esta rubrica das GOP seja suficiente e adequada.-----

---- As rubricas relativas à área da "Educação" (ENS e SAE) ascendem, nas GOP de 2016, a 1,436 M€ o que representa cerca de 16% do total das GOP, crescendo cerca de 18% face às GOP de 2015 (1,219 M€), todavia distante dos valores registados em 2014 (4,545 M€) e 2013 (3,604 M€). Esta é, reconhecidamente, uma área fulcral, pelo que se reconhece o esforço contínuo de alocação de verbas ao longo dos últimos anos, que teve o "acompanhamento" por parte dos governos centrais, e em que a entrada em funcionamento de uma nova Escola Básica e Secundária de Anadia é demonstração do que se afirma.-----

---- A rubrica "Ordenamento do Território" continua com verbas exíguas tendo em conta a importância que a matéria suscita, apesar das GOP de 2016 evidenciarem um aumento face a 2015 (+0,201 M€, ou seja, +41%). Na área da reabilitação, regeneração e requalificação urbana, bem como das acessibilidades, ainda há muito a fazer no concelho de Anadia e o valor proposto para 2016 (0,692 M€) não responde às necessidades e carências.-----

---- Há outras duas rubricas que levantam preocupações: Saneamento (0,583 M€) e Resíduos Sólidos (0,309 M€). Ambas decresceram face às GOP de 2015 em 23% e 42%, respectivamente, o que dificilmente se compreende por vários motivos. Desde logo porque estamos a falar de áreas infraestruturais básicas, e por outro lado, porque é sabido que ambas as redes ainda detêm ineficiências e lacunas, algumas delas graves. Não se pode deixar de recriminar a não realização em 2015 da "Desactivação das ETAR de Mogofores e Arcos", tendo sido adiada uma vez mais e que conta com nova inscrição nas GOP de 2016. É algo que tarda em se realizar e não se entende, tendo em conta os largos e conhecidos incómodos que o seu funcionamento provoca.-----

---- No que se refere à rubrica "Desporto RL" constata-se uma redução abrupta relativamente a anos anteriores, sendo que as GOP de 2016 consagram um valor de 0,634 M€, ou seja, -52% face a 2015, -48% face a 2014 e -66% face a 2013. Compreende-se esta diminuição visto que as grandes obras físicas desportivas se encontram praticamente edificadas. O que não se compreende é o adiamento sistemático e *sine die*, para as calendas, da Pista de BMX em Sangalhos, cujas obras iniciaram num projecto pouco sustentado, e onde já se investiu cerca de 0,150 M€ (salvo erro).-----

---- Apesar das transferências previstas para as Freguesias terem subido nas GOP de 2016 (0,308

M€) face a 2015 (0,218 M€), em cerca de 41%, facto que se regista positivamente, o montante está ainda muito distante do ideal. Na verdade, o valor consagrado para 2016 representa uns míseros 4% do total das GOP, quando há concelhos de dimensão e circunstâncias idênticas a Anadia cujo valor ronda os 10%. Deste modo, não é excessivo reafirmar que as Freguesias continuam a ser vistas pela maioria MIAP/PS como o "parente pobre". As transferências para estes órgãos do poder local, os mais próximos das pessoas, são notoriamente insuficientes e não aproveitam o seu potencial e a sua capacidade, desperdiçando assim a oportunidade para elas se assumirem como pólos de coesão social e promotores de apoio ao desenvolvimento. No essencial, as verbas atribuídas, não lhes possibilitam intervir em áreas prioritárias para as populações, e mais não é do que um simulacro de participação na gestão autárquica, por parte da maioria no executivo, sem qualquer visão de desenvolvimento.-----

---- Neste âmbito, também se revela oportuno e importante avaliar a política fiscal municipal. Se dúvidas existissem, os documentos previsionais vêm comprovar, de forma clara e cristalina, que havia margem para tornar o Concelho de Anadia fiscalmente mais atractivo, tal como o PSD tem vindo a defender, nomeadamente por via da redução para metade da taxa de participação de IRS, bem como a taxa de derrama, proposta efectuada pelo PSD aquando da discussão/aprovação desta matéria, diminuindo a "factura fiscal" dos munícipes, das suas famílias e das empresas.-----

---- Se a decisão do executivo tivesse sido neste sentido, tendo em conta os valores plasmados no orçamento da receita, o MA abdicaria de cerca de 0,570 M€ (0,475 M€ de IRS e 0,095 M€ de Derrama), verba esta que seria totalmente compensada pelo acréscimo dos Impostos Directos que se prevê em +0,625 M€, muito por força do aumento da receita de IMI que se traduz em +0,552 M€ face a 2015. Quer isto ainda dizer que na esfera do IMI também se poderia ter ido mais longe, ou seja, poder-se-ia ter aprovado o benefício máximo na aplicação dos coeficientes familiares, o que não foi acolhido pela maioria apesar de sugerido pelo PSD. Mais, tendo em consideração os dados fornecidos pelo orçamento, entre 2014 e 2016, os Impostos Directos (IMI, IuC, IMT, Derrama...) aumentaram mais de 1,103 M€, ou seja, mais de 38%, o que vem comprovar, reforçadamente, o atrás afirmado.-----

---- Neste sentido, a argumentação utilizada pela maioria para não baixar os impostos municipais foi insidiosa e inexacta, porquanto foi referido que "não havia margem de manobra". Fica agora claro, uma vez mais, que havia margem. Na verdade, não havia e não há nem vontade nem coragem política para tomar esta decisão e tornar o concelho de Anadia fiscalmente mais atractivo.-----

---- Como se percebe, o valor relativo às transferências regulares da Administração Central (TRAC) via Orçamento de Estado (FEF, FSM e participação no IRS) registado nas GOP de 2016 são iguais aos das GOP de 2015, presume-se que por falta de apresentação e aprovação do Orçamento do Estado para 2016 na Assembleia da República, o que se entende e parece sensato.-----

---- 5. Considerações Finais.-----

---- Os Documentos Previsionais do MA para o Ano 2016 reflectem as escolhas políticas da maioria MIAP/PS, constituindo a sua expressão financeira.-----

---- Como temos afirmado, na nossa óptica, as escolhas efectuadas e o caminho traçado não servem a

estratégia de desenvolvimento que todos os anadienses reclamam e que Anadia necessita. Todavia, em abono da verdade, identificaram-se alguns sinais e pontos positivos, embora ténues e insuficientes, que carecem de consistência e comprovação.-----

---- No essencial, o Concelho de Anadia irá permanecer sem uma estratégia de desenvolvimento global. A inexistência de um modelo de desenvolvimento económico real e efectivo que permita capacitar mecanismos de criação de riqueza e emprego no concelho, que possibilite fixar as populações, nomeadamente os mais jovens é um erro crasso, de dimensão histórica, com consequências nefastas para todos os anadienses e gerações futuras.-----

---- Os documentos previsionais para 2016 evidenciam um exercício de mera gestão orçamental, assente numa governação em compasso de espera aguardando pelo quadro comunitário, não apresentando qualquer rasgo estratégico e visionário em áreas essenciais que projectem a saída do marasmo económico em que se encontra o concelho, ao mesmo tempo que não é amigo das famílias nem das empresas, penalizando-as com impostos municipais, não indo assim verdadeiramente ao encontro das dificuldades que estas atravessam.-----

---- O exercício orçamental de 2016 será praticamente de gestão das despesas correntes, assumindo uma brutal diminuição dos investimentos (despesas de capital), voltando a inscrever, agora nas GOP de 2016, diversas obras que a maioria não teve a capacidade nem o engenho de executar em 2015.-----

#### ---- 6. Sentido de Voto.-----

---- Neste sentido, tendo em conta tudo o que foi aludido anteriormente, e no compromisso que será exercida uma fiscalização activa, construtiva e exigente da gestão e do exercício orçamental da Autarquia de Anadia, os Documentos Previsionais do MA para o Ano 2016, irão merecer, por parte dos Vereadores José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Lúcia Filipe Seabra, o voto de ABSTENÇÃO.--

---- Finalizada a intervenção conjunta do Senhor Vereador, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, e da Senhora Vereadora, Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Jorge António Tavares de São José, que concretizou a intervenção que se passa a reproduzir:-----

---- "Considerando que:-----

---- - É um Orçamento elaborado de acordo com a acção que a Câmara pretende desenvolver no próximo ano, naturalmente de acordo com a sua óptica de desenvolvimento do concelho;-----

---- - Nem tudo tem estado como se pretende, mas de uma forma geral, tem havido preocupação de criar as melhores condições para os munícipes de Anadia, destacando aqui duas medidas previstas e que me parecem muito interessantes, como seja a criação do Cartão Anadia Sénior, ou a compra de um autocarro para uma melhor mobilidade dentro do município;-----

---- - Sendo um Orçamento substancialmente inferior a outros apresentados anteriormente, não deixa de ser um Orçamento realista, adaptado à dimensão e possibilidade do concelho;-----

---- - Em algumas situações os números mascaram a realidade e o investimento numa determinada área pode ser maior do que aquele que os números indicam;-----

---- - Naturalmente, há muitas situações em que a despesa corrente se pode transformar em

investimento (os apoios às Associações, Instituições, entre outros, em muitas situações serão potenciadores de investimentos por parte destas);-----

---- - Se espera a manutenção do bom senso que a Senhora Presidente tem tido em matérias de acção social, desenvolvimento económico, cultura, captação de investimento, fixação de pessoas e empresas, infraestruturas básicas, entre outras;-----

---- - Como documento previsional que é, pode sempre ser adaptado à melhor afectação do momento, de acordo com as situações que se verificarem no futuro;-----

---- - Não há grandes aumentos em custos com pessoal e aquisição de bens e serviços, as principais rubricas do lado da despesa, pelo que demonstra algum equilíbrio nestas matérias;-----

---- - Continua o concelho a ficar bem posicionado nos principais *rankings* dos municípios conhecidos e publicados;-----

---- - Denota-se uma redução em obras estruturantes, o que significa a possibilidade de verbas para outras áreas, como a parte social, cultural e empresarial;-----

---- - Não há motivo para que não volte a ter uma atitude igual e coerente com a que tive nos anos anteriores, em que foi dado o benefício da dúvida à Senhora Presidente e ao seu executivo.-----

---- Assim, enquanto vereador do PSD, o meu voto será de Abstenção."-----

---- Apresentadas as declarações de voto, a Senhora Presidente da Câmara Municipal submeteu o documento a votação, tendo o Executivo deliberado, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro e Dr.ª Lúcia Filipe Seabra, do PSD, e Dr. Jorge António Tavares de São José, também do PSD, concordar com a proposta de orçamento municipal, opções do plano e mapa de pessoal do Município de Anadia, apresentada para o ano dois mil e dezasseis (2016), e remetê-la à Assembleia Municipal para aprovação, em cumprimento do disposto, respetivamente, na alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, e na alínea o), do n.º 1, do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- A referida proposta, para além do Mapa de Pessoal para o ano dois mil e dezasseis, é constituída pelos seguintes documentos previsionais: Grandes Opções do Plano, no montante total previsto para dois mil e dezasseis de oito milhões, setecentos e quarenta e dois mil e quatrocentos euros (€ 8.742.400,00); Mapa de Receita, no montante total de dezoito milhões, quinhentos e dois mil euros (€ 18.502.000,00); Mapa da Despesa, no montante total de dezoito milhões, quinhentos e dois mil euros (€ 18.502.000,00), e Mapa Resumo da Despesa e da Receita, no montante total de dezoito milhões, quinhentos e dois mil euros (€ 18.502.000,00).-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do n.º 2, do artigo 57.º, do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---- **DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:**-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, a Senhora Presidente da Câmara Municipal, Engenheira Maria Teresa Belém Correia Cardoso, declarou

encerrada a reunião, quando eram quinze horas e cinquenta e seis minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Ata, que eu, Maria de Fátima Dourado Andrade dos Santos Azevedo, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Organizacional, redigi, subscrevi e assino.-----